

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE NO DISCURSO JORNALÍSTICO: ESTRATÉGIAS DE CREDIBILIDADE

Jaqueline Aparecida Nogueira (UFSJ)
jaqueline.ufla@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir as estratégias de utilização da fonte visando efeitos de credibilidade, empregadas em um artigo a respeito da ditadura militar do Brasil, publicado no ano de 2015¹⁰⁵. Como quadro teórico-metodológico adotamos, principalmente, a teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau (2012), as considerações sobre o pacto autobiográfico de Philippe Lejeune (2008), e as teorizações sobre o espaço público de Jürgen Habermas (2008), entre outros autores, como Dominique Maingueneau (2013). O objeto de análise desta pesquisa, um artigo assinado por uma correspondente do Grupo de Mídia Global Jovem (VICE)¹⁰⁶, no jornal *Folha de São Paulo*, retira as suas fontes do livro *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Tal obra foi organizada e lançada pela Comissão da Verdade “Rubens Paiva” da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no ano de 2014. A referida comissão, assim como outras regionais e setoriais, é vinculada à Comissão Nacional da Verdade pela Resolução n° 879, de 10/02/2012. O saber informado no artigo sob análise, constituído com base no campo de conhecimentos sobre a ditadura militar do Brasil foi tomado socialmente devido à materialização de pedidos para a volta do regime efetivados por manifestantes brasileiros, no ano de 2014. Logo, o locutor realiza uma exposição ao leitor a respeito das possíveis consequências da volta da ditadura apoiando-se na credibilidade de suas fontes. Em suma, por meio da verificação dos efeitos visados no texto, determinamos os esforços do locutor na tentativa de reconstituir um evento do mundo ancorado por um discurso de origem, de maneira verificável e objetiva.

Palavras-chave: Discurso. Estratégias. Credibilidade.

1. Considerações iniciais

Em um período de aproximadamente 21 anos, compreendido entre os anos de 1964 a 1985, vigorou no Brasil um repressivo regime ditatorial militar, instaurado a partir de um Golpe de Estado ao governo republicano de João Belchior Marques Goulart, conhecido popularmente como Jango. Nesse enquadre temporal, graves crimes contra os direitos humanos foram protagonizados pelos militares contra a população civil brasi-

¹⁰⁵ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/vice/2015/04/1618824-o-que-as-criancas-da-ditadura-acham-dos-pedidos-de-intervencao-militar.shtml>>. Acesso em: 23-10-2015.

¹⁰⁶ Disponível em: <http://www.vice.com/pt_br/pages/about>. Acesso em: 30-06-2015.

leira, conforme ilustra o volume I do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014):

Desde as primeiras horas, uma perseguição violenta atingiu sobretudo indivíduos e organizações mais identificados como esquerdistas, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as ligas camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). “Sete em cada dez confederações de trabalhadores e sindicatos tiveram suas diretorias depostas”. Milhares de pessoas foram presas. Segundo a embaixada norte-americana, nos dias seguintes ao golpe, prenderam-se em torno de 5 mil pessoas, e a ocorrência de brutalidades e torturas foi comum, especialmente no Nordeste. (BRASIL, 2014, p. 98)

O objeto sob análise na presente pesquisa, intitulado: “O que as crianças da ditadura acham dos pedidos de intervenção militar”, apoia sua argumentação e retira suas fontes do livro *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. O seu conteúdo foi construído a partir de relatos autobiográficos de filhos de perseguidos políticos ou desaparecidos durante a ditadura militar do Brasil, tais relatos foram colhidos do Seminário Verdade e Infância Roubada concretizado no ano de 2013.

O saber informado no artigo da VICE se constitui com base no campo de conhecimentos da ditadura militar do Brasil, retomado socialmente através da manifestação para sua volta, assunto específico do artigo, como ilustra a imagem a seguir, reproduzida na reportagem:



Manifestantes pedindo intervenção militar na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 2014

Fig. 1: Intervenção Militar

Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/vice/2015/04/1618824-o-que-as-criancas-da-ditadura-acham-dos-pedidos-de-intervencao-militar.shtml>>

Neste contexto, consideramos a VICE, na figura de um jornalista, o locutor da comunicação. No entanto, a partir de Maingueneau (2013, p. 172-174), reconhecemos que a atribuição da responsabilidade do texto em sua totalidade suscita problemas consideráveis, principalmente se tratando de produções verbais da esfera midiática. Ambiente este em que a pluralidade de produtores e autores dificulta a tarefa de “reconhecer a imagem que se faz comumente do autor, como sendo um indivíduo bem identificado que elabora um texto do qual ele seria o único responsável”. Assim, não adentraremos em questões mais profundas quanto à responsabilização autoral do objeto a ser analisado. “Acerca de um mesmo artigo pode-se então dizer tanto que ele é de tal jornalista quanto de tal jornal, segundo a perspectiva que se adote”. (MAINGUENEAU, 2013, p. 174)

Como interlocutor, consideramos o potencial consumidor da matéria, e como os informantes do discurso de origem (fonte), consideramos os depoentes da obra “Infância Roubada”. Sobre o contrato de comunicação, o locutor pretende expor ao leitor as possíveis consequências da volta da ditadura, requerida por manifestantes no ano de 2014. O ato de comunicação constrói uma visão objetiva do mundo, assunto a ser explicitado detalhadamente na análise realizada em seção posterior. Em síntese, a factualidade se apoia principalmente no caráter documental do discurso de origem, uma vez que os relatos são parte de uma investigação feita pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, cujas ações investigativas são ancoradas pela legalidade.

O método de análise selecionado para esta pesquisa parte principalmente das considerações sobre a circulação da informação, postuladas por Charaudeau (2012a, p. 36). Destarte, consideramos a informação como enunciação, a qual constrói um saber em dependência a um campo de conhecimentos, uma situação de enunciação e um dispositivo. Para o autor, a comunicação e a informação são efetuadas a partir de escolhas, tanto dos conteúdos a transmitir, das formas como se transmite, quanto dos efeitos de sentido mobilizados para influenciar o outro, ou seja, das estratégias discursivas. Assim, a análise proposta busca identificar e analisar estratégias linguístico-discursivas de identificação à fonte, materializadas no objeto de análise em questão. Por conseguinte, o nosso objetivo parte das seguintes questões: A citação da fonte pode ser utilizada como uma estratégia de credibilidade pela mídia? Se sim, a partir de quais estratégias?

2. Referencial teórico

Segundo Charaudeau; Maingueneau (2012, p. 143), a noção de credibilidade resulta de um julgamento “que consiste em avaliar a aptidão do sujeito falante de *dizer o verdadeiro* por meio de seu ato de enunciação”. Consequentemente, todo sujeito que almeja confiança, engaja o seu discurso para ser percebido como tal, ou seja, uma posição de crédula pode ser construída. Neste contexto, entendemos por estratégia de credibilidade a determinação de uma posição de verdade¹⁰⁷ para o locutor no discurso.

Tais discussões, que dizem respeito às atividades da mídia em prol da credibilidade, demandam a observação de suas dinâmicas e vias de atuação na esfera pública contemporânea, uma vez que consideramos suas práticas discursivas situadas em um tempo e espaço determinados. Habermas (2008, p. 10), ao definir o desenho institucional das democracias modernas, considera como um de seus elementos a “independência de uma esfera pública que opera como um sistema intermediário entre o Estado e a sociedade”.

No entanto, para o autor, a comunicação mediada que domina a esfera pública política não apresenta as características definidoras da deliberação, ela apresenta falhas como a “ausência de uma interação face a face” e “de reciprocidade entre os papéis desempenhados pelos falantes e pelos destinatários em uma troca igualitária de demandas e opiniões”. O autor também critica a dinâmica da comunicação de massa, pelo fato de os *media* selecionarem e formatarem a apresentação das mensagens, além de utilizarem o poder político social estrategicamente, preparando as agendas para instituições políticas. Ocupando uma posição periférica no sistema político, a mídia pode ser considerada como uma das arenas de luta por influência, em um sistema de múltiplos níveis.

A chamada “opinião pública” é produzida em conjunto pelos profissionais dos sistemas dos *media* e pelos atores que disputam acesso e influência neste espaço, porém, trata-se de uma opinião pública prevalente entre várias outras, como postula Habermas (2008). Supomos que este

¹⁰⁷ Segundo Charaudeau (2012a, p. 87), as mídias tentam realizar a visada da informação através da atividade linguageira da descrição-narração, “para reportar os fatos do mundo”, e da explicação, “para esclarecer o destinatário da informação sobre as causas e consequências do surgimento desses fatos”. O desafio, em ambos os casos, reside na relação com a verdade, ou seja, em sua forma de construção.

caráter concorrente implique aos *media* uma necessidade em manter uma imagem social crédula, garantindo assim, espaços de participação na edição e distribuição das informações sociais. Assim, podemos classificar a atuação da mídia como uma forma de pré-estruturar a esfera pública, que por sua vez, pode ser considerada como uma estrutura intermediária entre o sistema político e os setores privados e funcionais da realidade. De acordo com Habermas (2008):

Imagine a esfera pública como um sistema intermediário de comunicação entre deliberações formalmente organizadas e deliberações face a face informais em arenas localizadas, respectivamente, no centro (ou no topo) e na periferia (ou na base) do sistema político. (HABERMAS, 2008, p. 13)

Composta por diversos segmentos, qualificados por José Luiz Braga (2011) como “um vasto aparato tecnológico-empresarial-cultural-profissional-mítico”, a mídia opera a partir da seleção, formatação e apresentação da informação de modo estratégico. Deste modo, pode ser considerada como um sistema autorregulado, organizado e atravessado por regras profissionais implícitas e explícitas, além de interesses diversos, como o político e o econômico, ora, representa na contemporaneidade o espaço privilegiado da interação social.

Ângela Cristina Salgueiro Marques (2008), ao discutir sobre os meios de comunicação na esfera pública, considera o espaço dos *media* como espaço de circulação de diversas perspectivas e pontos de vista. “Acreditamos ser possível, então, perceber e avaliar o espaço de visibilidade mediada como um contexto de entrecruzamento e enfrentamento de diferentes proposições e pontos de vista” (MARQUES, 2008, p. 34). Logo, pontos de vista e aspectos dos acontecimentos são selecionados pelos veículos de comunicação em detrimento de outros. Assim sendo, visando credibilidade discursiva, supomos que a mídia possa selecionar pontos de vista confiáveis para fiar os seus próprios pontos de vista.

No entanto, com base na característica imprevisível do ato de linguagem, proposta por Charaudeau (2012a, p. 57), ainda que o sujeito comunicante organize sua encenação com base nos efeitos que pretende produzir no receptor, o sujeito interpretante pode não dominar os efeitos produzidos pelo sujeito comunicante. Destarte, consideramos que a credibilidade não pode ser instituída no discurso como um ingrediente manipulável, ainda que projetada por um sujeito intencional, sua construção é dependente da percepção e interpretação do receptor.

Evidenciando as características do gênero autobiográfico, uma vez

que o discurso de origem é enunciado como um testemunho pessoal, indagamos sobre suas relações com o *status* do informador perante o receptor. Lejeune (2008, p. 14) define a autobiografia como uma “[...] narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, em particular a história de sua personalidade”. Em uma de suas discussões sobre a questão autobiográfica, o autor propõe, a partir de um critério textual, um pacto instaurado através da identidade (autor-narrador-personagem). Nas palavras do autor:

O pacto autobiográfico é a afirmação, no texto, dessa identidade, remetendo, em última instância ao *nome* do autor, escrito na capa do livro. As formas do pacto autobiográfico são muito diversas, mas todas elas manifestam a intenção de honrar *sua assinatura*. (LEJEUNE, 2008, p. 26)

De acordo com Ana Amélia Barros Coelho Pace (2012, p. 54), uma das formulações mais concisas sobre o pacto autobiográfico realizadas por Lejeune, o define como “o engajamento de um autor em contar diretamente sua vida (ou uma parte, ou um aspecto de sua vida) em espírito de verdade”¹⁰⁸. Charaudeau (2012a, p. 52-54) defende que a posição de testemunhante confere ao informador o status de “portador da verdade”, pois sua fala objetiva especificamente contar aquilo que viu e ouviu.

Segundo Charaudeau (2012a, p. 52-54), o crédito a ser dado a uma informação depende de vários aspectos referentes ao informador, os quais: sua notoriedade, seu papel como testemunha, sua pluralidade, e sua especialização, no caso de o informador ser um órgão especializado. Tais postulações, em consonância a posição confidente relacionada ao gênero autobiográfico, evidenciam a posição crédula e o engajamento da fonte em um projeto de verdade. Afinal, o informante do discurso de origem também é plural e legitimado por um órgão especializado, a Comissão da Verdade “Rubens Paiva”. Todavia, sua posição e seu engajamento seriam garantias suficientes contra a subjetividade ou possível manipulação do mediador?

Considerando a existência de algumas dificuldades concernentes ao discurso relatado, apresentamos algumas discussões de Paulo Serra (2006) sobre a questão. Em um estudo que trata da credibilidade e seleção da informação midiática, o autor aventa ações dos jornalistas na produção das mensagens visando uma percepção mais crédula do discurso relatado. Para o autor, a informação como testemunho suscita problemas

¹⁰⁸ LEJEUNE, Philippe. Qu'est-ce que le pacte autobiographique? 2006.

relativos à credibilidade da informação comunicada e na medida em que a cadeia da transmissão¹⁰⁹ da comunicação como testemunho é estendida, os problemas se acentuam. Como solução, um conjunto de princípios deontológicos e técnicos é acionado pelos jornalistas e organizações midiáticas, os quais, relacionam-se à confiabilidade da fonte, responsabilização do jornalista, correção adequada das falhas, reconhecimento do direito de resposta, transparência na relação com outros órgãos de comunicação e utilização de um estilo rigoroso. (SERRA, 2006, p. 6)

Dos princípios supracitados, Serra (2006, p. 6) destaca a competência e a seriedade da fonte como decisivos, já que “a transmissão da informação se refere, na maior parte dos casos, não aos “factos” propriamente ditos, mas ao relato dos factos pelas fontes – primárias ou, em muitos casos, já secundárias”. Dalmonte (2009, p. 113) afirma que “A mídia se coloca numa posição de relatar fatos e, por meio de artifícios, cria, junto ao leitor, o sentimento de proximidade com a instância de produção, por meio daquilo que é relatado e pela forma como se estabelece o relato”. No que tange esta temática, Charaudeau (2012, p. 168, itálico do autor) aponta o fenômeno da fala relatada como “um dos grandes desafios das mídias modernas”. Dentre outros influenciadores da credibilidade do discurso relatado, o autor destaca cinco problemas relacionados “às operações de *seleção*, aos modos de *identificação*, de *reprodução*, de *citação* e de *posicionamento*”. Dos cinco problemas supracitados pelo francês, destacamos o posicionamento do locutor na enunciação, pois este elemento pode evidenciar o grau de comprometimento do locutor quanto ao que é dito por um informante de origem.

3. *Análise*

No que tange ao modo de ação do locutor do artigo sob análise, em relação ao Modo de organização Enunciativo, o qual caracteriza-se como “uma categoria de discurso que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação [...]” (CHARAUDEAU, 2012, p. 81), podemos enquadrá-lo predominantemente na modalidade delocutiva. Logo, o locutor comporta-se como porta-voz de

¹⁰⁹ Serra (2006) considera “transmissão” a partir de RODRIGUES, Adriano Duarte, Comunicação e experiência, 1997, <http://www.bocc.ubi.pt>. – “compreende os casos em que alguém transmite a outra pessoa o relato de um acontecimento ou de um fenômeno que lhe foi comunicado, de que não teve, portanto, uma experiência direta e imediata”.

um testemunho. A efetivação de tal escolha pode ser considerada uma estratégia de credibilidade, por conferir objetividade ao discurso enunciado. “Em nome da credibilidade, o jornalista se coloca como simples fornecedor da informação, simples *mediador* entre os acontecimentos do mundo e sua encenação pública, assumindo-se como a testemunha mais objetiva possível”. (CHARAUDEAU, 2012, p. 78)

Segundo o francês, quanto às maneiras de relatar, o locutor pode optar entre construções com maior ou menor fidelidade em relação ao discurso de origem, assim, pode reproduzi-lo em sua forma ou transformá-lo em uma interpretação. O locutor pode também, distanciar-se daquilo que relata, agindo de uma maneira objetiva, manifestar a sua adesão ou mostrar-se contrário. Voltando-nos para o artigo sob análise, podemos observar que o discurso de origem é, na maioria das vezes, reproduzido fielmente através de citações diretas e entre aspas. Vejamos alguns enunciados:

E (1): “*Meus seis primeiros anos de vida foram tristes. Todo mundo diz que eu chorava muito*”, relata;

E (2): *Os fios grisalhos e a idade avançada de Tercina Dias de Oliveira, conhecida como “Tia”, colaboravam para manter a fachada dos aparelhos [...];*

E (3): *Fichado pelo Dops, assim como Zuleide, Ernesto – cujos pais são vivos até hoje – se considera um preso político.*

Para Dalmonte (2009, p. 110-111), as estratégias do discurso jornalístico devem promover uma ancoragem com o real além de apenas representá-lo, assim o uso de aspas pode provocar um efeito de real, como se a citação tratasse “da reprodução da fala tal como se deu “no real””. Já Maingueneau (2013, p. 183) levanta uma problemática em relação ao discurso direto, a exemplo do enunciado E (1). Segundo o autor, mesmo quando um discurso relata falas consideradas como realmente proferidas, está realizando apenas uma encenação que visa criar um efeito de autenticidade. Deste modo, defende que a escolha por este tipo de discurso relatado pode estar ligado a uma estratégia do texto para criar autenticidade, distanciar-se do que é dito ou mostrar-se objetivo, sério. Na visão de Charaudeau (2012a, p. 172), a citação direta tende a produzir um efeito de objetivação.

Notamos que em E(2) o locutor também reproduz o discurso de origem através da evocação, referenciando os testemunhantes através do uso de aspas. Contudo, o “[...] discurso de origem aparece apenas como um *dado evocador* do que o Locutor de origem disse, ou tem o hábito de

dizer”. (CHARAUDEAU, 2012, p. 105)

No enunciado E(3) a narrativização do discurso relatado pode ser observada quando o locutor integra o discurso de origem em seu dizer. Desta maneira, o locutor de origem não é mais apresentado como o locutor de um dito, mas como um actante. Charaudeau (2012a, p. 172) afirma que a citação narrativizada tende a produzir um efeito de dramatização.

De acordo com Charaudeau (2012a, p. 148), o ato de nomear a fonte demanda a escolha de um modo de denominação e uma modalidade de enunciação, os quais demonstram o tipo de relação mantida entre a mídia e a fonte. Quando o locutor designa o locutor de origem através de um nome, um título ou uma função, pode se proteger ou proteger sua fonte. Vejamos alguns enunciados:

E (4): *O que as crianças da ditadura acham dos pedidos de intervenção militar;*

E (5): *A pedagogia Nassandy Barret de Araújo hoje e durante a infância em Cuba.*

Observamos que no enunciado E(4) a fonte é denominada de maneira genérica, através de um nome comum, esta denominação retrata a fonte como um arquétipo. Tal estratégia pode ser relacionada à visada de captação¹¹⁰. Assim, a dramatização no título pode ser considerada uma forma de mobilizar a afetividade do público. Ao realizar esta denominação no título acompanhada por uma especificação que oferece um enquadre espaço-temporal à denominação (da ditadura), o locutor demonstra proteger-se quanto aos escritos do texto, e, ao mesmo tempo, atestar a legitimidade da fonte para falar sobre o assunto, tal estratégia funciona como se o locutor anunciasse: “O texto que apresentarei não traz a minha opinião, mas a opinião de crianças que viveram a ditadura”. Contudo, para Maingueneau (2013, p. 243-244, itálico do autor), a apresentação do referente por meio de um nome próprio com descrição definida (as crianças), “obriga o coenunciador a escolher um indivíduo no sentido de ser singular, não necessariamente humano) ou um conjunto de indivíduos, caracterizando-os por intermédio de *uma ou várias propriedades [...]*”. Assim, dizer “as crianças” implica em servir-se das propriedades de “ser criança”, para excluir outros candidatos.

¹¹⁰ “Toda visada de captação está orientada para o parceiro da troca, um parceiro que se supõe não natural (é necessário instituí-lo como destinatário de uma mensagem), não passivo (ele possui próprias faculdades de interpretação) e não ter sido conquistado antecipadamente pelo interesse que a mensagem pudesse ter despertado (é necessário persuadi-lo, seduzi-lo)”. (CHARAUDEAU, 2012a, p. 91)

No enunciado E (5) a fonte é denominada através de nome próprio, de maneira direta, manifestando uma relação de maior familiaridade; é seguida de uma função que assinala a tecnicidade da fonte; e acompanhada por uma categoria de língua que fornece à identificação um enquadre espaço-temporal, este elemento remete precisão à informação e pode ser considerado como uma prova de que a testemunha possui legitimação para falar sobre o assunto em pauta.

As modalidades de enunciação podem ser expressas por verbos de modalidade, cujo semantismo quanto à atitude da instância de enunciação com relação à fonte pode variar, como afirma Charaudeau (2012a, p. 148-149). No texto sob análise, identificamos modalidades de enunciação que remetem ao discurso da fonte maior grau de objetividade e aproximação quanto à verdade do dito: *relata*, *conta*. E outras que revelam maior subjetividade e distanciamento quanto à verdade do dito: *Para ela, falam*, *Ernesto enxerga*, *indaga*.

Dalmonte (2009, p. 106) aponta o uso da fotografia no jornalismo como “uma importante ferramenta para a construção de efeitos de sentido de real”. Segundo o autor, a fotografia possui um caráter de testemunho imagético, além de possuir a capacidade de aproximação com o real, “pois concilia natureza e cultura, presença e ausência”. Por meio de tal estratégia, o locutor buscou reconstituir fatos ocorridos com os depoentes durante a era ditatorial, ora, o texto apresenta fotografias dos depoentes em manifestações contra a ditadura e no exílio, como provas de sua autenticidade. Algumas das fotografias podem ser consideradas dados documentais, é o caso das fotografias das fichas dos depoentes no Dops. Charaudeau (2012a, p. 153) conceitua este procedimento como designação identificadora, “que consiste em exibir provas de que o fato realmente existiu”. Vejamos algumas fotografias reproduzidas na reportagem:



Fig. 2: Ficha do Dops

Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/vice/2015/04/1618824-o-que-as-criancas-da-ditadura-acham-dos-pedidos-de-intervencao-militar.shtml>>.

Fotografia de abertura da reportagem



A pedagoga Niasaindy Barret de Araújo hoje e durante a infância em Cuba

Fig. 2: Ficha do Dops

Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/vice/2015/04/1618824-o-que-as-criancas-da-ditadura-acham-dos-pedidos-de-intervencao-militar.shtml>>

4. Considerações finais

A partir dos resultados obtidos, destacamos a hipótese de que o posicionamento do locutor na encenação discursiva visou um *status* de neutralidade, ao basear as informações do discurso em evidências independentes de sua subjetividade, produzindo assim, o efeito de objetividade. Quanto às maneiras privilegiadas para relatar, aventando os ditos da fonte por meio de citações diretas e evocações, possibilitaram ao locutor eximir-se e proteger-se, e ao mesmo tempo, exaltar o ponto de vista do informador de origem. A utilização desta estratégia produziu efeitos de objetividade para o locutor e de objetividade e autenticidade para o discurso, além de promover uma tentativa de ancoragem com o real.

Observamos que nas denominações realizadas, as características credíveis da fonte e sua tecnicidade foram evidenciadas. Assim, a denominação realizada no título tentou apelar para a afetividade do público, ao atrelar as características de “ser criança” ao *status* do informador. Deste modo, procurou garantir a visada de captação da mensagem e ao mesmo tempo deixar claro o ponto de vista predominante no texto.

As formas de enunciação realizadas variaram consideravelmente, ora demonstrando maior subjetividade e distanciamento, ora demonstrando maior objetividade e aproximação. Contudo, se observarmos as

enunciações com maior grau de subjetividade e distanciamento, percebemos que nestes momentos o ponto de vista da fonte é evidenciado: “Ernesto enxerga”. Por outro lado, se observarmos as enunciações que demonstram maior aproximação e objetividade, percebemos uma tentativa de autenticar o discurso. Sobre a apresentação de provas através do uso de fotografias, procuraram produzir efeitos de autenticidade e de aproximação com o real.

Em suma, por meio da verificação dos efeitos visados no texto, determinamos os esforços do locutor em reconstituir um evento do mundo ancorado por um discurso de origem, de maneira verificável e objetiva. No entanto, o ato comunicativo também move esforços para captar o receptor, esforços concernentes aos efeitos de dramatização no título e na narrativização do discurso relatado. A maioria das escolhas efetivadas no texto demonstra que uma fonte confiável pode ser explorada para conferir credibilidade ao discurso, por meio de diversos recursos linguístico-discursivos.

Assim, concluímos que as estratégias de utilização da fonte visam o credibilidade, não se restringem aos procedimentos de referência propriamente ditos, como exemplo, as formas de relatar, os modos de denominação e de enunciação. Destarte, o posicionamento do locutor no texto, o gênero discursivo concernente à enunciação do discurso de origem, a explicitação das características credíveis da fonte e as provas apresentadas no discurso, também podem ser uma forma de relacionar o discurso à imagem percebida da fonte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. *Verso e Reverso*, vol. XXV, n. 58, p. 62-77, jan./abr. 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Angela S. M. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012a.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.

DALMONTE, Edson Fernando. *O discurso jornalístico*. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/nb/pdf/dalmonte-9788523205898-04.pdf>>

Acesso em: 10-07-2015.

HABERMAS, Jürgen. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. *Líbero*, ano XI, n. 21, jun. 2008.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. *Líbero*, ano XI, jun. 2008.

PACE, Ana Amélia Barros Coelho. *Lendo e escrevendo sobre Philippe Lejeune*. 2012. Dissertação (Mestrado). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEREIRA, Anthony, W; *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SERRA, Paulo. *O princípio da credibilidade na seleção da informação mediática*. Biblioteca on-line de ciência da comunicação. 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-credibilidade-selecao-informacao.pdf>> Acesso em: 10-07-2015.